

**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIATUBA
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2011**

1 Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e onze, realizou-se no
2 Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, a partir das oito horas e trinta
3 minutos, a quarta Reunião Ordinária de 2011 do Conselho Municipal de Saúde de
4 Indaiatuba, conforme convocação feita aos conselheiros, para atender a seguinte
5 pauta: **01. Abertura e verificação do quórum:** Após a verificação do quórum, o
6 Conselheiro Charlton Heston Teixeira Bressane, presidente do Conselho Municipal
7 de Saúde de Indaiatuba, deu início à reunião, agradecendo a presença de todos,
8 convidando a mim, Maria Inês Toledo de Azevedo Carvalho, relatora, a lavrar a
9 presente ata. **02. Aprovação da Ata da Terceira Reunião Ordinária do**
10 **Conselho Municipal de Saúde de Indaiatuba realizada em 23 de fevereiro**
11 **de 2011:** O Conselheiro Charlton indagou se todos os conselheiros presentes
12 haviam recebido e lido a ata, tendo recebido resposta afirmativa. Em seguida,
13 indagou se havia algum comentário a ser feito sobre a mesma. Como não houve
14 manifestação de nenhum dos conselheiros presentes, colocou a ata em votação,
15 tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. **05. Apresentação do Projeto**
16 **"Beija-Flor" desenvolvido pelo FUNSSOL em parceria com a Secretaria**
17 **Municipal de Saúde:** Com a palavra o conselheiro convidou a Sra. Elizabeth
18 Steffen a fazer a apresentação do referido projeto. Dando início, a coordenadora do
19 projeto mencionou que o FUNSSOL, Fundo Social de Solidariedade, foi criado
20 através da lei municipal 2007 de 04/11/1993. O projeto Beija Flor foi iniciado no
21 ano de 1998 em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para atender a
22 demanda oriunda de pacientes de baixa renda que necessitavam de fraldas
23 geriátricas. Esclareceu que, antes da implantação do projeto, os pedidos eram
24 atendidos somente através de processos administrativos, que demoravam muito
25 até serem aprovados. Com a sua implantação, foi iniciada a fabricação de fraldas
26 descartáveis infantis e geriátricas, através de equipamento próprio adquirido pelo
27 FUNSSOL. Indagado pela conselheira Maria Lúcia Feitosa de Lima sobre quais os
28 critérios utilizados para que o município seja atendido, a Sra. Elizabeth esclareceu
29 que o procedimento é feito pelo serviço de assistência social da saúde na central de
30 acolhimento do Hospital Dia. Informou ainda que no momento todas as solicitações
31 estão sendo atendidas, não havendo fila de espera. Com a palavra, a Sra. Ana
32 Cláudia C. Cavalli informou que o fornecimento obedece a critérios socioeconômicos
33 de cada usuário. A conselheira Maria Angélica Wolff Scachetti indagou sobre qual a
34 quantidade entregue por paciente. E a Sra. Elizabeth informou que a média de
35 entrega mensal é de 4 pacotes de 10 fraldas por paciente. Esclareceu ainda que,
36 atualmente, as doações de pacotes de fraldas recebidas da comunidade são
37 concentradas no FUNSSOL para distribuição conforme a necessidade. Dando
38 prosseguimento à sua apresentação, descreveu os objetivos do projeto, recursos
39 humanos alocados, materiais permanentes utilizados para a confecção das fraldas,
40 materiais de consumo adquiridos, localização física do projeto, demonstrativo da
41 aplicação dos recursos financeiros e demonstrativo de atendimento à população.
42 Informou que no ano de 2010 foram produzidos 2.974 pacotes (com dez fraldas
43 cada) e recebidos da comunidade, por doação, 1.763 pacotes, totalizando a
44 quantidade de 4.737 pacotes, atendendo 1.385 usuários cadastrados. No ano de

45 2011, foram produzidos 926 pacotes e recebidos 470 pacotes de doações,
46 totalizando 1.396 pacotes. Foram atendidos 239 usuários. E 968 pacotes foram
47 destinados para a central de acolhimento da secretaria de saúde. Ressaltou que o
48 custeio total do projeto é dividido entre a Secretaria de Saúde, para as fraldas
49 geriátricas, e pela Secretaria de Educação, para as fraldas infantis. Dando
50 prosseguimento, informou que em 2010 foram gastos R\$ 27.901,00 para confecção
51 de 2.974 pacotes, com o custo unitário de R\$ 9,38. Observou que o preço no
52 mercado girava em torno de R\$ 14,00. Para o ano de 2011 prevê uma estimativa
53 de R\$ 99.993,60 para compra de matéria prima para 600 pacotes mensais, com
54 custo unitário de R\$ 13,88. Afirmou que, hoje, o custo do pacote no comércio gira
55 em torno de R\$ 17,80. Informou ainda que há previsão de compra de novo
56 equipamento. Indagada pelo conselheiro Guilherme Correa Júnior sobre se, no
57 custo apresentado, estão computados gastos com recursos humanos, aluguel, etc.,
58 informou que não. O valor calculado refere-se somente ao custo do material
59 utilizado. A conselheira Daniela Pellizzari perguntou sobre quantos funcionários
60 utilizados no projeto são da saúde e quantos são da educação. A Sra. Elizabeth
61 Steffen informou que nenhum, pois os 4 agentes de suporte operacional são
62 funcionários cedidos por outras Secretarias ao FUNSSOL. Solicitando a palavra, o
63 conselheiro Valdir de Carvalho ressaltou a relevância do projeto, mas observou que
64 o assunto merece análise mais profunda por este Conselho, com recomendação à
65 Secretaria de Saúde, levando-se em conta o custo apresentado. Salientou que uma
66 vez que a comparação em questão refere-se à compra unitária no comércio
67 varejista, não corresponde ao custo de compra direta do fabricante ou atacadista.
68 Observou também que, em reunião da Comissão Gestora do Instituto de
69 Reabilitação e Prevenção em Saúde Indaiá, foi mencionado que existem naquela
70 instituição duas máquinas doadas pelo FUNSSOL, que estavam sendo utilizadas
71 como atividade terapêutica na fabricação de fraldas e que, há algum tempo,
72 deixaram de receber a matéria prima para confecção das mesmas. A produção
73 oriunda do Instituto era usada em parte por eles e o restante da produção era
74 distribuído entre outras entidades que necessitavam do material. Com a interrupção
75 do fornecimento, o equipamento encontra-se ocioso, portanto, a compra de um
76 novo equipamento pelo FUNSSOL, mencionada na apresentação, é desnecessária.
77 Complementando, o conselheiro Luiz Carlos Medeiros, coordenador da Comissão
78 Gestora do IRPSI, informou que inicialmente houve a doação ao Instituto de
79 R\$10.000,00 para implantação do projeto, e não houve mais nenhum repasse.
80 Informou que, segundo a coordenação do IRPSI, as máquinas estarão à disposição,
81 caso não haja mais interesse em manter o projeto terapêutico, apesar de
82 considerá-lo importante para a socialização dos pacientes. Esclareceu ainda que o
83 consumo do Instituto é de 1.000 fraldas/mês. A Sra. Elizabeth diz desconhecer o
84 assunto e sugeriu que o Instituto elabore projeto semelhante ao da APAE para
85 receber o benefício, desde que os seus objetivos estatutários se enquadrem às
86 exigências do FUNSSOL. Com a palavra, o conselheiro Frederico T. Engelmann
87 finalizou observando que para se chegar ao custo das fraldas é necessário um
88 estudo para se chegar realmente ao custo do produto, gerando um parâmetro para
89 se avaliar a relação custo/benefício. Encerrando a sua apresentação, a Sra.
90 Elizabeth informou que o projeto chama-se Beija Flor porque no início as
91 contribuições eram feitas "gota a gota", iniciando com 80 pacotes e atingindo hoje
92 os números apresentados. Com a palavra, o conselheiro Charlton agradeceu a
93 apresentação e observou que o custo da máquina pública deve atender a todos os
94 projetos das diversas secretarias, por isso o levantamento de custo sugerido se
95 torna extremamente complexo. Complementando, a conselheira Maria Lúcia

96 reforçou que o Conselho tem a finalidade de conhecer todos os projetos para
97 acompanhar os gastos da saúde, propiciando o planejamento de forma correta,
98 evitando discrepâncias nos valores e que, caso ocorram, devem obrigatoriamente
99 passar pela análise e aprovação do Conselho. O Sr. Charlton lembrou a todos sobre
100 a importância da intersectorialidade e comentou sobre a realização da primeira
101 reunião de conselhos acontecida no último dia 24 de março, por iniciativa do
102 Conselho Municipal de Assistência Social. E informou que tais encontros
103 acontecerão a cada trimestre. Os conselheiros serão informados sobre agenda
104 assim que as datas forem definidas. **03. Apresentação da Associação**
105 **Filantrópica Assistencial São Francisco de Assis:** com a palavra, a enfermeira
106 Roseli Maria Ferreira, voluntária da Associação, iniciou a sua apresentação
107 descrevendo o trabalho realizado pelo Lar São Francisco. Observou que os
108 pacientes atendidos podem ser permanentes ou transitórios. Salientou, no entanto
109 que a finalidade principal é a reinserção do paciente junto à família. Informou que o
110 trabalho é realizado em parceria com o programa DST/AIDS, da Secretaria
111 Municipal de Saúde, coordenado pela enfermeira Maria Elidia de Andrade Picarelli.
112 São 14 leitos disponíveis para atender ao programa, estando na data atual, com 13
113 leitos ocupados. A Sra. Roseli ressaltou que o maior problema da associação é o
114 custeio da farmácia, uma vez que os processos administrativos para aquisição dos
115 medicamentos, na Secretaria Municipal de Saúde, são demorados. Período em que
116 os pacientes não podem ficar sem a medicação, obrigando a absorção dessa
117 despesa inicial pela entidade. Salientou que no caso de pacientes que necessitam
118 usar fraldas, alguns são atendidos pelo projeto Beija-Flor, mas que existem alguns
119 que não conseguem por falta de documentação, custo também absorvido pela
120 associação. Reforçou que os pacientes ali admitidos não deixam de ser atendidos e
121 tratados. O apoio da sociedade tem sido importante, mas ainda é insuficiente. O
122 conselheiro Erich Garcia indagou se existe projeto para reinserção dos pacientes no
123 mercado de trabalho. A Sra. Roseli informou que sim, e que o paciente só recebe
124 alta médica se estiver em condições de receber o benefício a que tem direito junto
125 ao INSS. Salientou que diversas empresas parceiras da associação costumam
126 empregar alguns pacientes. Informou ainda que todas as altas são acompanhadas
127 diretamente pela associação. Com a palavra, o cons. Guilherme Correa Jr. ressaltou
128 que o trabalho da associação é bastante louvável e imprescindível para a
129 comunidade, e que cabe ao Conselho dar apoio para que a casa receba o suporte
130 adequado. A enfermeira Roseli ressaltou que o programa DST/AIDS é bem sucedido
131 e bem coordenado por toda equipe envolvida. A conselheira Kelly Cristina Pazini
132 observou que o trabalho do lar merece atenção pela qualidade do atendimento.
133 Lembrou que as despesas com os pacientes são de responsabilidade do município.
134 O Sr. Charlton finalizou agradecendo a Sra. Roseli, observando que um grupo de
135 conselheiros tem feito visitas periódicas nas unidades de saúde, hospital e
136 associações conveniadas, incluindo o Lar São Francisco. Prática que deveria ser de
137 todos os conselheiros, titulares e suplentes, para que o Conselho possa conhecer as
138 atividades de cada órgão e instituição. **04. Deliberação sobre assistência da**
139 **Associação Filantrópica Assistencial São Francisco de Assis aos usuários da**
140 **saúde não portadores de HIV que se encontram em situação de**
141 **vulnerabilidade social:** a apresentação da Enfermeira Maria Elídia de Andrade
142 Picarelli, coordenadora do programa DST/AIDS, esclareceu que no início dos
143 trabalhos da Associação São Francisco não havia repasse de recurso federal. Em
144 meados de 2006, a entidade passou a ser habilitada como Casa de Apoio pelo
145 Estado de São Paulo e passou a receber verba para seu atendimento.
146 Responsabilidade que passou para o município em 2008. Até o ano de 2010 o

147 repasse estava sendo feito através da Câmara Municipal, como subvenção prevista
148 em lei municipal. Com a palavra a conselheira Maria Lúcia esclareceu que,
149 reconhecendo o valor do trabalho prestado pela instituição, foi discutida a firmação
150 de convênio para a continuidade dos trabalhos assistenciais. O valor repassado
151 atualmente pelo Ministério da Saúde, para Casa Tipo II, é de R\$ 350,00 por leito,
152 recursos insuficientes para atender as necessidades dos pacientes. Na pactuação
153 com o Ministério da Saúde, a Casa passou a ser de atendimento SUS e recebe
154 pacientes de outros municípios. A Sra. Maria Elídia enfatizou que o controle dos
155 recursos é feito através de planilhas específicas, de apresentação obrigatória.
156 Mencionou que após a assinatura do convênio, o repasse será de R\$144.000,00 ao
157 ano, pelo município, e R\$ 58.000,00 ao ano, pelo Governo Federal, conforme
158 Portaria nº 585 de 28/03/2011, que *"atualiza a relação dos municípios e valor para*
159 *o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos vivendo*
160 *com HIV/AIDS no Estado de São Paulo"*. Complementando, a conselheira Maria
161 Lúcia enfatizou que o convênio tem a finalidade de regularizar e facilitar o repasse,
162 possibilitando inclusive a criação de termo aditivo para incluir pacientes não
163 portadores de HIV. Submetida à votação a assistência aos usuários da saúde não
164 portadores de HIV que se encontram em situação de vulnerabilidade social foi
165 aprovada por todos os conselheiros presentes. **06. Apresentação e deliberação**
166 **do Relatório de Gestão de 2010:** considerando a necessidade de ampla
167 discussão sobre Relatório de Gestão, o conselheiro Charlton questionou a plenária
168 sobre a realização de reunião extraordinária. Com a palavra o conselheiro Erich
169 Garcia discordou em devido ao prazo de aprovação pelo Conselho estar no limite. O
170 conselheiro Charlton enfatizou a necessidade de se preparar o Relatório de Gestão
171 com a devida antecedência, recomendação sugerida em várias oportunidades
172 devidamente registradas em atas. A conselheira Maria Lúcia informou que a grande
173 dificuldade é a disponibilização pelo Ministério da Saúde dos dados relativos aos
174 indicadores municipais. Com a palavra, o conselheiro Charlton realizou a leitura do
175 seu parecer relativo ao Relatório de Gestão no qual constata que "O atual relatório
176 ainda não cumpre o estabelecido na Portaria 3.176/08 e Portaria GM nº 2046/09".
177 Sublinhando a ausência das metas estabelecidas, a falta de descrição dos recursos
178 orçamentários previstos e executados, bem como, do quadro sintético com o
179 demonstrativo do orçamento, a exemplo do que é encaminhado anualmente aos
180 respectivos Tribunais de Contas. Citou também: "Parece que o modelo sugerido na
181 **Série Cadernos de Planejamento, Volume 6** (Brasil, 2009) não foi observado. A
182 exemplo do quadro de descrição das ações, objetivos e metas proposto no Anexo 2
183 do documento". Ainda: "As metas deverão ser sempre quantificadas. Assim,
184 deveríamos ter o percentual da meta atingida. O que não observamos no relatório.
185 Sem falar dos recursos orçamentários previstos e dos executados. Percebi também,
186 o descumprimento da Portaria GM nº 2046/09, em desacordo ao recomendado pelo
187 SARGSUS- Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão, da Secretaria de Gestão
188 Estratégica e Participativa, do Ministério da Saúde. A saber: **Sobre a celebração**
189 **do TAS (Termo de Ajuste Sanitário):** a) data de celebração; b) instâncias do
190 SUS que celebraram o termo; c) instrumento oficial que publicou o termo; d) data
191 de publicação; e) indicação das fontes dos recursos financeiros (recursos próprios
192 do tesouro), quando couber; f) metas a serem alcançadas. **Sobre a execução do**
193 **Plano de Trabalho, parte integrante do TAS:** a) ações realizadas e se foram
194 observados os prazos respectivos; b) recursos financeiros aplicados (recursos
195 próprios do tesouro), quando couber; e c) as metas alcançadas". Salientou que
196 esperava vê-lo descrito no Relatório de Gestão. Continuando, o conselheiro
197 Charlton observou que alguns conselheiros se reuniram e apontaram muitas

198 dúvidas sobre os dados apresentados. Ressaltou que o documento teve o mérito de
199 mostrar que muitas ações não foram realizadas a contento em decorrência da falta
200 de Recursos Humanos. Com a palavra, a conselheira Heleni Cogiolla lembrou a
201 todos que no ano anterior o mesmo já havia ocorrido. O conselheiro Erich justificou
202 que o relatório de gestão passou a ser feito recentemente pela Secretaria. Informou
203 que antes era feito por empresa contratada e que os técnicos da Secretaria de
204 Saúde têm se empenhado em acertar a formatação do mesmo, inclusive no que diz
205 respeito à parte orçamentária. Dificuldade ainda não superada pela ausência dos
206 centros de custos. Afirmou que nenhum município apresenta o relatório com esse
207 nível de detalhamento sugerido pelo Conselho. Solicitando a palavra, o Sr. Valdir
208 enfatizou que a discussão não pode e nem deve ser considerada como uma vontade
209 do Conselho e sim do que está previsto em Lei. Retomando a palavra, o Sr.
210 Charlton sugeriu que a reunião seja realizada em 31 de março de 2011 no
211 Anfiteatro da Prefeitura, a partir das 08h30m. Colocada em votação, a proposta foi
212 aprovada. **08. Assuntos Extra Pauta:** O conselheiro Charlton propôs uma moção
213 de apoio ao Decreto Municipal Nº 11.015, de 28 de Fevereiro de 2011, que
214 "disciplina o transporte de servidores da administração direta, autarquias e
215 fundações em veículos coletivos, e dá outras providências". Salientou que o citado
216 decreto vem de encontro às solicitações do Conselho Municipal de Saúde, que
217 desde março de 2010 vem enfatizando a necessidade de normatização e
218 fiscalização do transporte dos trabalhadores dos órgãos públicos municipais. Em
219 seguida, fez a leitura da moção a ser enviada ao chefe do executivo, que diz:
220 **"MOÇÃO DE APOIO.** *O Conselho Municipal de Saúde de Indaiatuba, em sua 4ª*
221 *Reunião Ordinária de 2011, realizada em 30 de março do corrente ano, vem*
222 *demonstrar apoio ao Decreto Nº 11.015, de 28 de fevereiro de 2011, que "disciplina*
223 *o transporte de servidores da administração direta, autarquias e fundações em*
224 *veículos coletivos, e dá outras providências", por entender que tal norma disciplina*
225 *e previne os acidentes de trabalho no transporte dos servidores do município. O*
226 *citado ato do executivo atende a uma antiga reivindicação deste Conselho,*
227 *demonstra o respeito aos direitos dos funcionários públicos municipais,*
228 *desprecariza as relações de trabalho e contribui sobremaneira para uma melhor*
229 *qualidade dos serviços prestados à população. Indaiatuba, 30 de março de 2011.*
230 *Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Indaiatuba".* Submetida à votação a
231 moção foi aprovada por unanimidade. **09. Encerramento:** Nada mais havendo a
232 ser tratado, o Sr. Charlton Heston Teixeira Bressane deu por encerrada a reunião.
233 Ata deliberada e aprovada na Plenária da Sexta Reunião Ordinária de 2011 do
234 Conselho Municipal de Saúde realizada em 27 de abril de 2011.

Indaiatuba, 30 de março de 2011

Charlton H.T. Bressane
Presidente

Hugo Nelson Coggiola
Secretário Geral

Maria Inês T. de A. Carvalho
Relatora

**LISTA DE PRESENÇA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIATUBA
30 DE MARÇO DE 2011**

Conselheiros Titulares Presentes

	Antônio Sérgio Giordano	APM	Ausente ✓
1	Charlton Heston Teixeira Bressane	APCD	Presente
2	Daniela Pellizzari	Paróquia Santa Rita	Presente
3	Erich Garcia	Sec. Mun. de Saúde	Presente
4	Frederico Tertuliano Engelmann	Rotary Club	Presente
5	Guilherme Correa Jr.	Ass. Renais Crônicos	Presente
6	Hugo Nelson Coggiola	Ass. Recanto C. Viracopos	Presente
7	Ivonete Nabarrete da Silva	Ass. A. B. Jd. do Sol	Presente
	José Roberto Destefenni	Sec. Mun. de Saúde	Ausente ✓
8	Kelly Cristina Pazini	Sec. Mun. De Saúde	Presente
9	Luiz Fernando de O. Wolf	Ass. Sempre Amigos	Presente
10	Maria Angélica Wolf Scachetti	APAE	Presente
11	Maria Lúcia Feitosa de Lima	Sec. Mun. de Saúde	Presente
12	Maria Terezinha S. Miqueleti	Paróquia Santo Antonio	Presente
13	Marco Antônio Barroca	HAOC	Presente
14	Valdir de Carvalho	GABRIEL	Presente

Conselheiros Suplentes Presentes

15	Joel Aparecido Mori	Educandário Deus e Natureza
16	Heleni N. F. Coggiola	Ass. Recanto Campestre Viracopos
17	Maria Elidia de Andrade Picarelli	Sec. Mun. de Saúde
18	Maria Inês Toledo de Azevedo Carvalho	GABRIEL
19	Rosana Aparecida Rodrigues	Secret. Mun. de Saúde
20	Luiz Carlos Medeiros de Paula	Ass. de Daiabetes Sempre Amigos

Convidados Presentes

21	Salete Coelho	A. A. São Francisco de Assis
22	Roseli Valota	A. A. São Francisco de Assis
23	Rodrigo Gatti	Jornal Tribuna
24	Filipe Prado	Jornal Exemplo
25	Enides Nogueira Lopes Cruz	FUNSSOL
26	Rogério Giora Pereira	Secret. Mun. de Saúde
27	Odenir Sanssão Piveta	Secret. Mun. de Saúde
28	Caroline R. Souza Almeida	Secret. Mun. de Saúde
29	Ana Cláudia Cauzzo Cavalli	Secret. Mun. de Saúde
30	Custódio Tavares Dias Neto	Secret. Mun. de Saúde
31	Elizabeth Steffen	FUNSSOL
32	Rita de Cássia Jiampaulo Ferraz Vaz	Secret. Mun. de Saúde
33	Markley Evelim Vieira Belo	CIRVA/COMDEFI